

COOPERAÇÃO, REGIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: BRASIL, ÍNDIA E CORÉIA DO SUL COMPARADOS

COOPERATION, REGIONALISM AND ECONOMIC DEVELOPMENT: BRAZIL, INDIA AND SOUTH KOREA COMPARED

Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior¹ & Marcos Costa Lima²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar como o Brasil, a Índia e a Coréia do Sul lançaram mão da cooperação regional para promover o desenvolvimento econômico no período entre 2003-2007. Abordaremos primeiramente as principais teorias que tratam da questão para em seguida lançarmos luz sobre as transformações contemporâneas e opções adotadas no desenvolvimento brasileiro, sul-coreano e indiano. Em seguida, discorreremos sobre as instituições e regimes internacionais criados para apoiar as relações cooperativas no âmbito regional. Finalmente, indagaremos sobre a possibilidade de uma cooperação Sul-Sul mais qualificada. Após a análise dos casos em separado, lançamos mão do método comparativo. Embora os contextos regionais dos três países selecionados apresentem significativas diferenças, como o grau de institucionalização, variação entre a prioridade da agenda de segurança e de desenvolvimento e tipos de regionalismo, concluímos que os resultados políticos observáveis são semelhantes. Mesmo partindo de contextos diferentes, ambos os países lançam mão da cooperação regional de forma pragmática, assentam os seus processos recentes de desenvolvimento nas dinâmicas de regionalização, além de lançarem mão do regionalismo como mecanismo de inserção internacional e de resolução de contenciosos com países da mesma porção geográfica.

PALAVRAS-CHAVE

Regionalismo; Cooperação Regional; Desenvolvimento Econômico; Estado.

ABSTRACT

This paper has the objective to analyze how Brazil, India and South Korea used regional cooperation in order to promote economic development between the years of 2003-2007. First, we will approach

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE.

² Prof. do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE.

the main development theories, after that we will shed light on the contemporary transformations and options adopted in the Brazilian, South Korean and Indian development. From that will follow an analysis about the international institutions and regimes created to support cooperative relations in the regional arena. Finally, we inquire the possibility of more qualified south-south cooperation. After analyzing each case separately, we used the comparative method. One observed that although the regional context of the selected cases presented significant differences, as to the degree of institutionalization, variation of priority between security and development and on types of regionalism, we have concluded that the political observable results were similar. Although starting through different contexts, the selected countries use regional cooperation in a pragmatic way, base their recent development in regionalization dynamics, well as using regionalism as a mechanism of international insertion and resolution of disputes with countries of a same geographic area.

KEY-WORDS

Regionalism; Regional Cooperation; Economic Development; State.

Introdução

Embora se observe uma tendência ao multilateralismo nas relações econômicas internacionais e a proliferação de acordos de livre-comércio, os primeiros anos do século XXI assistiram a manutenção da distribuição desigual do poder e riqueza nas relações internacionais. Importantes estudos como o *Trade and Development Report 2007* demonstram que o comércio internacional mantém-se extremamente desigual. Esse dado é principalmente observado no que se refere à participação dos países em desenvolvimento, em especial nas exportações em valor agregado de manufaturas (AKYÜZ, 2005).

Após as já conhecidas crises da década de 1990 e do Consenso de Washington, vultosos esforços das diplomacias e de intelectuais de países emergentes chamam a atenção para a necessidade de reformulação da ordem internacional e da distribuição dos frutos do progresso e da riqueza. Os primeiros anos do século XXI viram o retorno do desenvolvimento econômico na agenda da política doméstica e externa, onde os temas da integração regional e do regionalismo se tornam imprescindíveis.

Dada a distribuição assimétrica da riqueza internacional e o recrudescimento do protecionismo em alguns países desenvolvidos, o comércio internacional recente passa a exibir em quase todos os continentes padrões de organização baseados em plataformas de produção e circulação regional. As “redes internacionais de produção” (idem; TDR, 2007) são a face mais visível de um processo de descentralização produtiva em escala global. Nesse sentido, o

regionalismo cumpre duas tendências visíveis que, essencialmente, as diferencia: o papel da cooperação e integração regional, os tipos de blocos e arranjos regionais; além dos objetivos centrais a que cada bloco se propõe.

No contexto mais amplo dessa discussão, o artigo em questão articula em sua análise as políticas de desenvolvimento de Brasil, Coréia do Sul e Índia, face aos contextos e as implicações surgidas desses cenários regionais no período 2003 a 2007. Entre os três países, pode-se assegurar que a Coréia conseguiu ultrapassar o umbral do subdesenvolvimento, enquanto os dois outros, ainda se defrontam com os desafios da pobreza, do analfabetismo, enfim, de indicadores sociais ainda muito distantes de uma sociedade de bem estar.

Por Que Uma Comparação Entre Brasil, Coréia do Sul e Índia?

Boa parte dos estudos relevantes que comparam esses três países, ou dois deles, define um período que vai da década de 1960 a 1990³. Um dos elementos explicativos dessa escolha se dá pela ascensão da Coréia do Sul à economia de industrialização recente, país desenvolvido que adentra a passos largos na economia do conhecimento. Então como justificar um esforço comparativo nos dias atuais? A primeira alternativa analítica que usamos foi focar a análise na atuação da política externa de desenvolvimento dos países em questão no âmbito regional, sem descurar das iniciativas no âmbito doméstico. Esse caminho se abriu para análise ao inserirmos o elemento do regionalismo, enquanto contexto estrutural (fornecendo tanto constrangimentos quanto oportunidades à ação política) e de cooperação regional como componentes importantes da dimensão externa das políticas de desenvolvimento desses países.

É fato que os países tratados nesse artigo encaram seriamente o desafio do desenvolvimento em suas agendas de política externa, pelo menos formalmente. Todos fazem parte de blocos ou arranjos de cooperação regional, o Brasil com o MERCOSUL, a Índia com a SAARC e a Coréia do Sul com a APEC. Inclusive, indo além das relações intra-bloco ou intra-arranjo e partindo para relações econômicas internacionais que beiram o multilateralismo. Ambos os três lançam mão da cooperação regional em suas estratégias de desenvolvimento e inserção

³ Importantes trabalhos que comparam os três países, como o livro *State-Directed Development* de Atul Kohli (2005), *Autonomia e Parceria* de Peter Evans (2004) e *Locked in Place* de Vivak Chibber (2003), realizam esforços comparativos dentro do marco temporal listado acima.

internacional e têm na segurança um legado histórico que constitui uma variável independente importante para explicar os tipos de integração regional, regionalismo e padrão de cooperação.

Partindo do conhecimento desse cenário, o presente artigo busca responder algumas questões. Em que medida o contexto regional contribuiu para ou limitou as opções de desenvolvimento econômico e industrial nesses países? Esses Estados buscaram criar ou favorecer um contexto regional que aumentasse as chances de inserção de sua produção industrial e tecnológica nos mercados internacionais? Que tipo de instituições ou regimes internacionais foram criados para fomentar a cooperação regional nas áreas em questão? E por fim, indagamos se existem possibilidades reais de consolidação de uma cooperação Sul-Sul mais qualificada. Cada pergunta será respondida em seções subseqüentes do artigo.

Teorias do Desenvolvimento e o Debate Recente

Ao longo dos últimos 60 anos, o desenvolvimento econômico tem sido uma meta explícita de vários países. Embora não seja uma questão recente, datando dos estudos dos primeiros economistas políticos como Adam Smith e Friedrich List, é no final da primeira metade do século XX que os estudos do desenvolvimento passam a se constituir como uma área específica do conhecimento. Ao lado do trato teórico da questão, esforços empíricos em políticas desse campo passaram a ser observados principalmente no período do pós-guerra.

A questão regional, e conseqüentemente, do planejamento regional, é uma experiência relativamente nova na América Latina, iniciada após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos ensinamentos da CEPAL, notadamente de Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto. Em termos mundiais, para além do *New Deal*⁴, seu tratamento está relacionado às teorias do Desenvolvimento/sub-Desenvolvimento, com incorporações teóricas substantivas de autores como Myrdal; Perroux; Hirschmann; Singer e Nurkse (COSTA LIMA, 2008b).

Desses debates iniciais que vieram a constituir o corpus teórico das teorias do desenvolvimento podemos elencar algumas teorias que persistem nos tempos

⁴ O caso do TVA, nos Estados Unidos, em que pese o liberalismo, é emblemático. A realidade da “*backwards areas*” induziu o planejamento regional. Tendo iniciado em 1933 e recebendo críticas até a década de 1970, quando a economia da região passou a crescer após 1980, passou-se a se considerar que os investimentos em infra-estrutura física e social ao longo do tempo foram determinantes para o resultado atual.

atuais. São elas a neoliberal, a estruturalista, o neo-estruturalismo, os neo-institucionalistas e a escola do eco-desenvolvimento. Sintetizaremos a seguir as visões dessas escolas sobre o Estado, o comércio internacional e o papel da política no desenvolvimento (COSTA LIMA, 2003).

O pensamento neoliberal que se debruça sobre o problema do desenvolvimento bebe em duas fontes centrais: a tradição austríaca libertária e a economia neoclássica (Chang, 2002). Esta escola tende a considerar o Estado como possível causador de falhas no sistema econômico, conhecidas como “falhas de governo”. Inclusive, mesmo reconhecendo a existência de falhas de mercado, essa vertente defende que essas tendem a ser menos nocivas que aquelas. Tal linha de raciocínio foi mantida nas análises do comércio internacional, preconizando a liberalização comercial, eliminação ou redução significativa de barreiras tarifárias e eliminação do protecionismo. O objetivo do livre-comércio foi defendido como condição essencial para que o mercado internacional funcionasse como um mercado perfeitamente competitivo, de acordo com os preceitos liberais e neoclássicos. As políticas defendidas para o desenvolvimento encabeçadas por essa escola argumentam pela primazia do mercado, cabendo ao Estado deixar o mercado trabalhar de forma a atingir o equilíbrio espontâneo⁵.

Mais antiga do que essa nova versão do liberalismo é o estruturalismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe, a CEPAL. Tendo em economistas como Raul Prebisch e Celso Furtado o seu núcleo teórico, essa escola desenvolveu o primeiro conjunto de reflexões originais sobre o desenvolvimento surgidas fora do centro do sistema. Diferente dos liberais e dos neoliberais, os estruturalistas preconizavam uma ampla participação do Estado nos esforços de desenvolvimento, inclusive induzindo e coordenando-o. O papel das políticas era central dado o caráter voluntarista do processo na visão desses autores. O seu arcabouço teórico compreendia as relações econômicas internacionais como desiguais, onde a riqueza e o poder econômico eram divididos assimetricamente entre os partícipes da comunidade internacional. Essa escola defendia que apenas pela industrialização e pela dotação de competências gerenciais, tecnológicas e econômicas seria possível a um país periférico, se desenvolver.

⁵ Vale destacar que parte do arcabouço normativo dessa escola foi incorporado por importantes instituições internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Inclusive, vindo a influenciar o Consenso de Washington.

Principalmente a partir da década de 1990 surge na CEPAL um novo estruturalismo, caracterizado pela idéia de “transformação produtiva com equidade social”. Essa nova tendência cedia alguns pontos do debate aos autores de vertente liberal (em especial no que refere à importância da inserção na globalização), contudo, mantinha firme a noção de que a cooperação econômica regional entre os países da América Latina era essencial para o desenvolvimento, sobretudo pela defesa do regionalismo aberto (CEPAL, 1994). Guardadas as diferenças entre o antigo regionalismo e o “novo regionalismo”, esse tipo de estratégia regional é defendido desde a década de 1970 por autores como Maria da Conceição Tavares, passando a integração regional e o regionalismo aberto a ser fortemente recomendados pela CEPAL.

Mais recentemente, o debate sobre o desenvolvimento tem recebido importantes contribuições de autores neo-institucionalistas como Peter Evans (2004), Dani Rodrik (2002), Ha-Joon Chang (2002, 2004) e Stiglitz. Esses autores buscam observar a importância da interação entre economia, política, mercado e Estado no desempenho econômico. Ao longo dos seus estudos, observam que os governos e as instituições estatais têm papéis importantes no desenvolvimento econômico, caindo por terra a primazia do mercado tão defendida pelos neoliberais. Quanto ao comércio internacional, concordam com os estruturalistas quanto à existência de uma distribuição desigual dos ganhos e vêem nos esforços de cooperação regional, em especial no Leste Asiático, um importante componente de uma estratégia de desenvolvimento contemporâneo.

Por último, vale chamar atenção para o Eco-desenvolvimento, que teve em Ignacy Sachs o seu pioneiro, tendo nas reflexões de Elmar Altvater uma concepção mais crítica desta vertente. Embora Celso Furtado em seu livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) já alertasse para a variável ambiental como indispensável ao se pensar o desenvolvimento, Sachs desenvolveu todo um aparato conceitual e teórico para agregar essa variável nesse campo do conhecimento. Um dos importantes desdobramentos dessas reflexões está em pensar criticamente a industrialização como instrumento central do desenvolvimento. A perspectiva ambiental vai defender um novo paradigma produtivo, que busque o equilíbrio entre homem e natureza. Os apelos dessa escola são importantes face aos desafios hodiernos.

De forma geral, essas teorias têm em comum a noção de que o desenvolvimento é um processo que sofre constrangimentos tanto no nível do

país, quanto do seu cenário regional internacional. Além disso, observam que os temas do comércio, da industrialização, e da cooperação e integração regional continuam na ordem do dia das disputas internacionais. Informados por esse debate podemos realizar uma aproximação do desenvolvimento econômico, entendido enquanto fenômeno estrutural mais geral que o crescimento econômico, auferindo-o a partir de dados sobre desenvolvimento industrial e tecnológico.

Transformações Contemporâneas e Opções de Desenvolvimento

As últimas duas décadas foram acompanhadas de mudanças significativas, principalmente para o mundo em desenvolvimento. A revolução científico-tecnológica que precedeu o fim do embate bipolar contribuiu para a progressiva integração dos mercados nacionais em um conjunto de redes de produção e comercialização que ambicionavam uma escala global. O advento das tecnologias de telecomunicações, informação e comunicação, a criação de sólidas “redes internacionais de produção” lideradas pelos países desenvolvidos, permitiu o acirramento da interdependência entre as economias e entidades políticas envolvidas⁶, caracterizando por fim, o polêmico processo de globalização. Além da “internacionalização do Estado” e da “internacionalização da produção”, Robert Cox (1981) chama a atenção sobre a emergência do capital financeiro na organização econômica global, em especial no direcionamento dos investimentos⁷.

Como um dos desdobramentos das transformações mencionadas, os contextos regionais passaram a ser variáveis cada vez mais apreciadas pelos realizadores de políticas de desenvolvimento, destacando-se o debate sobre os regionalismos. Um dos textos mais influentes nos últimos anos sobre o tema foi o artigo *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial* (HURRELL, 1995), que apresenta as várias formas e modalidades de regionalismo e as principais abordagens ao fenômeno. Em suma, esse artigo revela que desde os finais da década de 1980, a cena internacional observou a proliferação de acordos regionais, arranjos e blocos de integração, constituindo uma nova forma de organização da economia, produção e comércio internacional, com fortes implicações para a distribuição

⁶ Ver a discussão sobre interdependência em Nogueira e Messari (2005).

⁷ Sobre esse fenômeno, a literatura da economia política radical, de matriz neomarxista, traz importantes contribuições com as reflexões de François Chesnais (2005), Claude Serfati (2004). Costa Lima (2007) trabalha na mesma direção.

do poder político e econômico. Fenômeno esse visível pela importância da participação das exportações intra-bloco no total das exportações internacionais, como se pode ver na tabela abaixo.

TABELA 1

Exportações Intra-regionais como Porcentagens de Todas as Exportações dos Maiores Blocos

(1970-1998)

	1970	1980	1985	1990	1995	1998
União Européia	59,5	60,8	59,2	65,9	62,4	55,2
NAFTA	36,0	33,6	43,9	41,4	46,2	51,7
MERCOSUL	9,4	11,6	5,5	8,9	20,3	25,1
ASEAN	22,3	17,2	18,6	18,9	24,3	20,4
APEC	57,9	57,9	67,7	68,5	72,0	69,7

Fonte: Choi & Caporaso (2003, p. 493).

Além dos acordos preferenciais de comércio e os arranjos cooperativos pragmáticos, a cooperação econômica regional tem no desenvolvimento econômico uma das metas centrais em várias dessas experiências. Os casos do MERCOSUL e do SAARC são representantes dessa tendência. Não obstante, é importante considerar que problemas de segurança são variáveis importantes para o surgimento de processos de cooperação regional e de integração. Por fim, cabe considerar quais mecanismos de cooperação regional são usados por alguns Estados, enquanto componentes de suas estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional.

Instituições e Regimes na Cooperação Regional

Processos de integração regional têm sido apontados pela literatura especializada como importantes instrumentos de desenvolvimento econômico nas últimas décadas. Imerso nesse debate está a questão acerca do grau de institucionalização e dos mecanismos de regulação das relações internacionais,

sejam elas de cooperação ou conflito. Sobre essa seara, um dos conceitos dotados de riqueza explicativa de que lançamos mão é conceito de regime. Segundo Krasner, “Regimes can be defined as sets of implicit or explicit principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actors’ expectations converge in a given area of international relations”⁸ (1983, p. 02). O uso da teoria dos regimes de Krasner possibilita compreender aspectos da realidade em diálogo com outros conceitos caros às ciências sociais, como instituições, sujeitos e organizações.

Ao discutir o problema da cooperação regional entre Estados, é necessário lançar luz sobre variáveis como grau de institucionalização, tipo de bloco e processo de integração. Como vimos anteriormente, o cenário internacional está repleto de inúmeras experiências de integração regional e formação de blocos e arranjos. Contudo, essa variedade também porta em si uma multiplicidade de processos e níveis de maturação institucional, como revela Jean-Marc Siroën (2000) ao criar uma tipologia sobre formas de regionalismo, podendo o processo de integração e a cooperação regional ser classificado como integração federativa (União Européia), integração confederada (Mercosul), multilateralismo regional (NAFTA) e associações e fóruns de cooperação econômica (APEC)⁹.

No entanto, cabe indagar qual é de fato a importância de instituições e regimes para a cooperação regional e o desenvolvimento econômico. Desenvolveremos essa questão nas três seções subseqüentes, onde discutimos os casos selecionados.

O Brasil e a América do Sul: Desenvolvimento e Integração Regional

Desde a independência, a geopolítica regional sul-americana tem sido uma variável constante no cálculo da política externa brasileira. Desde os contenciosos fronteiriços, as intervenções na região da Bacia do Prata à Guerra do Paraguai, a sub-região se faz importante para o processo de construção e afirmação nacional. Alimentado por uma agenda de segurança desde o século XIX, as relações Brasil-Argentina na segunda metade do século XX incorporaram o desafio do desenvolvimento como meta conjunta. Amado Luiz Cervo (2008) escreve que no

⁸ Tradução do autor: “Regimes podem ser definidos como um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão implícitos ou explícitos em torno das quais as expectativas dos autores convergem em uma dada área das relações internacionais”.

⁹ A tipologia a que nos referimos permite considerar processos de integração e cooperação regional formais (Blocos) e informais (arranjos), elemento ao qual lançamos mão ao longo deste trabalho.

contexto da corrida nuclear entre o Estado brasileiro e argentino, surgiu o primeiro compromisso efetivo no intuito de cooperação bilateral. Sendo importante destacar que “em 1986, Brasil e Argentina firmaram doze protocolos de cooperação, acoplando seus projetos de desenvolvimento em todos os setores afetados ao sistema produtivo” (CERVO, 2008, p. 161). No contexto mais geral desses eventos é firmado o eixo de cooperação Brasil-Argentina, fortalecido sob o âmbito do MERCOSUL.

Um traço marcante dos processos de integração na América Latina é a quase constante aspiração a uma maior institucionalização dos esquemas regionais. No que concerne às relações do Brasil na sub-região sul-americana, as relações bilaterais e regionais no tocante a questões de segurança, infra-estrutura e desenvolvimento econômico e tecnológico, tenderam a buscar um nível de formalização e/ou de institucionalização razoável. A tabela abaixo demonstra que desde a década de 1960, as tratativas do Brasil com os seus vizinhos, em áreas sensíveis da política externa, passaram por resoluções diplomáticas formalizadas. Segundo Celso Lafer (2004), o Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina foi essencial para a criação de medidas de confiança entre as duas potências sul-americanas, abrindo caminho para o projeto de cooperação e, em sua manifestação mais madura, de integração.

Embora a motivação das relações de cooperação bilaterais e regionais brasileiras inicialmente seja a segurança, a partir da década de 1980, a integração e a cooperação regional entram na agenda da política externa de desenvolvimento brasileira. Esse ponto em particular é especial, por que essencialmente no período que marca o primeiro governo Lula (2003-2007) os objetivos do desenvolvimento econômico são mais enfaticamente associados com a integração regional em curso, tendo na cooperação regional o seu principal mecanismo.

QUADRO 1

Acordos e Tratados de Cooperação e Integração Realizados pelo Brasil – 1960-1991

Ano	Acordo/Tratado
1969	Tratado da Bacia do Prata
1978	Tratado de Cooperação da Amazônia
1979	Acordo Tripartite
1980	Acordo de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina
1986	Assinatura de doze protocolos de cooperação entre Brasil e Argentina
1988	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1991	Tratado de Assunção

Fonte: Cervo (2008) e Lafer (2004).

Atualmente, a cooperação regional do Brasil se dá em dois níveis. Sendo estes respectivamente a arena sul-americana – em especial o MERCOSUL - e o nível continental hemisférico. Conforme mencionamos acima, a aspiração à institucionalidade característica da cooperação e integração regional brasileira é espelhada na experiência mercosulina, embora o modelo intergovernamental demonstre que a incorporação e o marco institucional do bloco ainda não permitem uma dinâmica e uma agenda própria a esse esquema regional. Não obstante, o MERCOSUL consiste no principal instrumento de política externa para inserção internacional brasileira, prioridade consagrada no primeiro governo Lula em 2003. O bloco almeja o status de mercado comum, porém configura uma união aduaneira onde, de acordo com Ricardo Seitenfus (2003, p. 212), vigora um modelo intergovernamental, substituindo, por hora, as ambições supranacionais expressas no Tratado de Assunção. Atualmente, os Estados participantes são a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, faltando para a Venezuela atingir semelhante *status* apenas a aprovação dos parlamentos de Brasil e Paraguai. No escopo cooperativo intra-bloco, nota-se uma integração mais profunda entre o eixo Brasil-Argentina, gozando o Paraguai e o Uruguai de uma integração assimétrica (SCHMIED, 2007).

Concomitante a uma política externa que visa o aprofundamento da integração mercosulina e o alargamento temático de sua agenda, o governo Lula ampliou os parceiros comerciais em detrimento das tradicionais teias de interação com os Estados Unidos, com isso visando relações multilaterais no continente. Não queremos afirmar que as relações Norte-Sul deixaram de ser importantes para o Brasil, mas sim observar que a multilateralização das relações internacionais do país, inclusive com a ampliação das relações Sul-Sul, constituem uma diluição da dependência face ao Norte. Como exemplo dessa opção pela cooperação regional Sul-Sul podemos citar crescimento constante das exportações brasileiras para a Venezuela (de uma participação de 0,83% em 2003 para 2,94% em 2007), tal como aumento da participação dos mercados dos demais Estados parte do MERCOSUL para as exportações brasileiras. Outro dado expressivo é o declínio da participação do mercado norte-americano na composição do destino das exportações brasileiras observado entre 2003 e 2007.

Esse dado é especial, haja vista a diminuição da dependência face ao mercado norte-americano e o fortalecimento dos vínculos comerciais e de complementaridade entre Brasil e Argentina. Além disso, as exportações brasileiras para a América do Sul já se equivalem àquelas para a América do Norte em 2007. Ademais, os principais produtos que compõem a pauta de exportação brasileira para a Argentina são vitais ao crescimento e desenvolvimento industrial brasileiro. No que tange ao mercado sul-americano,

O Brasil apresenta uma composição das exportações com peso mais preponderante dos segmentos de maior valor agregado e cadeia produtiva mais longa. A participação de produtos da *indústria metal-mecânica* cresceu de 21,2% em 1995 para 27,4% em 2005 (depois de atingir o pico de 30,4% em 2000). Estes produtos, mais os *bens intermediários*, foram responsáveis por 57,9% das exportações brasileiras em 2005, contra 55,1% em 1995. (PANARIELLO, 2007, p.24).

Ver tabela 2 abaixo:

TABELA 2

Exportações brasileiras: Participação dos Principais Mercados Americanos
(variação em %)

País/Ano	2007	2006	2005	2004	2003
Estados Unidos	15,60	17,80	18,99	20,77	22,84
Argentina	8,97	8,52	8,38	7,64	6,24
Venezuela	2,94	2,59	1,87	1,52	0,83
Chile	2,65	2,84	3,05	2,64	2,57
México	2,65	3,24	3,43	4,09	3,75
Paraguai	1,03	0,90	0,81	0,90	0,97
Colômbia	1,46	1,55	1,19	1,08	1,02
Peru	1,03	1,10	0,14	0,17	0,67
Canadá	1,47	1,66	1,64	1,24	1,34
Uruguai	0,80	0,73	0,72	0,69	0,55
Total	38,60				

Fonte: Informe Estatístico da Cepal (2008, p. 23).

Embora a relação comercial do Brasil com os seus vizinhos seja de ganhos desiguais, em dados de 2005 o Brasil foi o maior país importador de produtos argentinos na América do Sul (MOREIRA, 2007, p.26). Nesse contexto específico de interação temos um jogo de ganhos mútuos. Porém, no que diz respeito à estratégia de desenvolvimento brasileira, além das relações comerciais bilaterais com a Argentina, a América do Sul apresenta um importante espaço econômico para as exportações de maior valor agregado. Segundo Panariello, a economia do Brasil responde a mais de 50% da estrutura de valor agregado da América do Sul (2007). Essa assimetria face aos países vizinhos é ainda mais visível quando se constata que, no conjunto com os demais latino-americanos, o Brasil é responsável por mais de 70% dos gastos com C&T (PANARIELLO, 2007, p.31), embora a porcentagem de seu PIB destinada à P&D seja muito inferior a 2,0%, longe de

países de desenvolvimento recente como a Coréia do Sul (2,8%) e a média dos países da OCDE (2,3%) (CEPAL, 2007, p. 182).

Paralela à cooperação e integração regional no contexto do MERCOSUL, funcionou outro vetor da ação externa de desenvolvimento brasileiro. As negociações MERCOSUL + 1, em especial as tentativas de estabelecimento de uma Área de Livre Comércio MERCOSUL-CAN e entre MERCOSUL-EU, marcam esforços de criação de uma cooperação regional e extra-regional¹⁰.

Vale salientar que os acordos inter-bloco, como MERCOSUL e CARICOM possibilitam uma inserção brasileira em mercados amparada por regimes internacionais, nesse caso, expandindo a influência do bloco para a América Central. Contudo, o aspecto que queremos destacar é que o governo Lula, via MERCOSUL, tem multilateralizado o comércio regional, aprofundando os laços de interdependência econômica na região. No âmbito da América do Sul, o país configura como economia mais desenvolvida dotada de uma pauta de exportação mais refinada. Sem contar que na dimensão política, a capacidade de barganha e peso político do Brasil, que na dimensão econômica figura como líder do bloco, incidiu sobre o aumento do capital político brasileiro na cena internacional, contribuindo para alçar o país desde 2003 como um mercado emergente e potência econômica.

Na esfera multilateral, o governo Lula empreendeu esforços em uma cooperação regional mais ampla, onde se destacou uma aproximação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN) (SCHMIED, 2007). Seguindo uma linha de política inaugurada pelo governo Fernando Henrique Cardoso de articulação e cooperação inter-blocos, o governo brasileiro participou do nascimento da União Sul-americana de Nações (UNASUL), que visa ser um macro-esquema de integração regional, onde figurariam no nível regional a ALADI, e no sub-regional a CAN e o MERCOSUL (idem). Entretanto, a proposta que visa aprofundar de forma mais factível o nível de cooperação e integração do Brasil com os países do Cone Sul é o projeto da Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), criado em 2000 e que marca a virada do conceito de integração comercial para integração produtiva e de infra-estrutura. A iniciativa em questão, que tomou grande visibilidade nos últimos anos com os projetos de

¹⁰ São exemplos de acordos assinados pelo MERCOSUL no nível intra-regional: MERCOSUL-Chile; MERCOSUL - Bolívia; MERCOSUL - Peru; MERCOSUL - Colômbia, Equador, Venezuela; CARICOM - MERCOSUL; México - MERCOSUL *a*¹⁰ (BAUMANN, 2008, p. 9).

corredores bi-oceânicos e da construção do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina, é o ponto alto dos esforços de cooperação regional.

Dito isso, cabe dedicar alguma atenção à questão dos regimes e instituições que amparam a cooperação brasileira no âmbito do MERCOSUL, a ponta de lança brasileira na inserção internacional a partir de 2003. Como dissemos anteriormente, a arquitetura institucional do bloco sul-americano é formal, embasada por tratados, acordos e protocolos que visam embasar juridicamente as relações, deveres e obrigações dos Estados membros. Ou seja, os acordos de cooperação ou de resolução de controvérsias entre o Brasil e os seus parceiros são caracterizados por uma busca de institucionalização e formalização. Característica essa que lança raízes na cultura diplomática brasileira desde o Barão de Rio Branco (LAFER, 2004). Só para exemplificar o grau de institucionalização do bloco, consideremos que o seu organograma comporta uma ampla gama de Grupos de trabalho, Sub-grupos e instâncias políticas como o Parlamento do MERCOSUL ou ainda o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul).

Não é objetivo deste artigo avaliar se todo esse aparato institucional e administrativo funciona, o que cabe ressaltar aqui é a questão da funcionalidade institucional do bloco, e se o seu projeto almeja uma arquitetura institucional e administrativa que aumente os laços de cooperação e interdependência dos Estados membros. Porém, cabem algumas qualificações quanto à conclusão acima. De acordo com Seitenfus (2003), o projeto de aspiração à supranacionalidade original do Tratado de Assunção foi substituído por um modelo de gestão intergovernamental a partir do Protocolo de Ouro Preto. Mesmo assim, o grau e a aspiração à institucionalização das relações do bloco são altas, prezando-se enfaticamente por regimes formais. Como exemplo do modelo intergovernamental estão as reuniões dos ministros dos países membros, no âmbito do Conselho do MERCOSUL¹¹.

Não obstante a predominância de resolução dos assuntos do bloco no nível intergovernamental, o MERCOSUL comporta em seu organograma um subgrupo de trabalho referente à Indústria. Na esfera formal do bloco, a partir do primeiro governo Lula o *Subgrupo de Trabalho nº7: Indústria* aumentou o número de reuniões, como se pode notar por terem dobrado o número de atas desde

¹¹ <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/pt/estrutura.html>

2003¹². Entretanto, alguns problemas persistem, dificultando uma melhor estratégia para os desafios inerentes ao tema de desenvolvimento industrial e tecnológico coletivo. Seria omissão grave se não mencionássemos a utilização do BNDES e de agências governamentais, como a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, no intuito de promover o desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro e de terceiros, além de buscar coordenar, via Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a política de desenvolvimento produtivo e de comércio exterior, a PITCE (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior).

Como poderíamos responder à indagação sobre a importância real para o desenvolvimento econômico brasileiro do MERCOSUL e dos demais projetos de cooperação no Cone Sul? O primeiro dado é que embora o comércio intra-bloco não tenha ultrapassado 13,5% em 2006, os Estados parte figuram entre os seis maiores mercados para as exportações brasileiras, estando a Argentina em posição de destaque, pois é o destino de 8,7% das exportações brasileiras (CEPAL, 2008, p. 23). Como já mencionamos, os mercados sul-americanos têm sido destino preferencial das exportações mais qualificadas do Brasil, figurando as de alta intensidade tecnológica e as de média alta intensidade. Comparativamente aos países da América do Sul, a estrutura de valor agregado do Brasil supera a marca dos 50%. Nesse sentido, a cooperação comercial entre o Brasil e os seus parceiros da região tem revelado alguma complementaridade, o que sem dúvida é importante para um projeto de desenvolvimento produtivo, como defendido pela retórica do governo.

De forma mais geral, é possível constatar que o MERCOSUL é utilizado pelo Brasil, além de um importante elemento de sua política de desenvolvimento, mas também como instrumento de inserção internacional e de obtenção de espaços e peso político nas barganhas da cena externa (CERVO, 2008; SEITENFUS, 2003). De acordo com dados do sítio oficial do MERCOSUL,

De 2002-2007, a corrente de comércio entre o Brasil e os países do MERCOSUL apresentou forte crescimento, passando de US\$ 8,9 bilhões, em 2002, a US\$ 28,9 bilhões, em 2007. Caso se inclua no cálculo o comércio Brasil-Venezuela, que em 2007 alcançou US\$ 5,07 bilhões, os valores do comércio total do Brasil com o Mercosul alcançariam a cifra de US\$ 33,97 bilhões, em 2007¹³.

¹² Um dado negativo, por exemplo, é que até o período coberto por esse artigo o SGT 7 ainda está trabalhando no projeto (piloto) sobre Programa de Fóruns de Competitividade.

O comércio intra-zona, ainda segundo a mesma fonte, - excluído o comércio com a Venezuela - representa 10,8% das exportações e 9,64% das importações brasileiras. Outro indicador do benefício do comércio intra-bloco com os sócios fundadores é o dado de que o Brasil apresenta, desde 2002, balança comercial positiva com todos os parceiros do bloco, chegando em 2007 ao valor de US\$ 5,7 bilhões. Independente da qualidade destes números, é fundamental salientar que criação do MERCOSUL extrapola as suas dimensões econômicas e comerciais. Há hoje, um intenso trabalho sendo desenvolvido, e com grande protagonismo do Itamaraty, no sentido de aprofundar as relações sociais e culturais entre os países membros, seja através da articulação dos movimentos sociais, das universidades, sindicatos e da cultura em geral. Feitas essas considerações sobre o caso brasileiro, passemos a seguir para alguns comentários acerca da República da Coreia.

A Coreia do Sul e o Regionalismo Asiático: Cooperação e Desenvolvimento

O processo de desenvolvimento econômico sul-coreano no século XX apresenta algumas particularidades, entre as quais o fato de ter sido fortemente influenciado pelo contexto internacional. A península coreana foi anexada pelo Japão em 1910, onde lhe foram impressas características do imperialismo japonês até 1945. Note-se que o imperialismo nipônico conduziu a Coreia por uma modernização na economia e na política, racionalizando os processos de produção relevantes para as necessidades japonesas, realizando uma reforma agrária para quebrar a espinha das oligarquias agrárias e realizando um processo de burocratização e racionalização do Estado, nos moldes do aparelho de Estado da Restauração Meiji (KOHLLI, 2005). Com efeitos diferentes do jugo europeu sobre o Brasil e da Índia em suas eras coloniais, a influência japonesa na Coreia legou aspectos que se mostraram importantes para o rápido processo de desenvolvimento na segunda metade do século XX.

Na configuração desse contexto, destaca-se o papel da economia e da geopolítica regional no Leste Asiático e nas relações internacionais da Coreia na região. A formação de uma economia regional integrada no Leste Asiático foi um fator essencial para o sucesso sul-coreano. A divisão regional do trabalho iniciada

¹³ <http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/dados-basicos-e-principais-indicadores-economicos-comerciais/evolucao-recente-do-comercio-intrazona/>

entre o Japão e os Tigres Asiáticos possibilitou uma transformação qualitativa nos níveis de desenvolvimento tecnológico desses países. Segundo o *Asian Development Outlook 2007 Update*

Economic growth in East Asia over the past two decades has been underpinned by rapid expansion in manufacturing exports. This surge has been accompanied by a shift in these exports' commodity composition toward machinery categories, which are among the fastest growing sectors in world merchandise trade (ADB, 2007, p.55).¹⁴

A integração vertical da produção no Leste Asiático ajuda a explicar a importância da cooperação regional no desenvolvimento sul-coreano. Entretanto, vejamos os aspectos que tendem a motivar a cooperação regional da Coreia do Sul. Após 1945 se instaura a divisão provisória da península coreana, tendo como marco o paralelo 38, separação consolidada após a Guerra da Coreia. Autores como Linsu Kim (2005) e Vizentini (2001) observam que até meados da década de 1960 a Coreia do Sul apresentava níveis de desenvolvimento econômico menores do que os apresentados no Norte¹⁵.

Além de ser um processo inserido na estrutura do conflito bipolar e contar com o apoio norte-americano, o desenvolvimento econômico que se deu na Coreia do Sul também foi objeto prioritário da elite política do país, observado como condição necessária para a sua existência no sistema internacional. Entretanto, já em 1989, Alice Amsden (1989) mostrava que apenas esses aspectos contextuais e estruturais não explicavam o modelo sul-coreano, sendo necessário descer para a análise do papel do Estado na economia.

Inicialmente, na região da Ásia Pacífico e no Leste Asiático, a Coreia do Sul realizava cooperação com os EUA e o Japão. Contudo, desde a década de 1970 aconteceram esforços para multilateralizar o escopo de sua cooperação

¹⁴ Tradução do autor: "O crescimento econômico do Leste Asiático nas últimas duas décadas tem sido sustentado por uma rápida expansão das exportações de manufaturas. Esse acontecimento tem sido acompanhado por uma mudança na composição dessas exportações de commodities para categorias de máquinas, que estão entre os setores de mais rápido crescimento no mercado mundial de comércio."

¹⁵ Ademais, a segurança regional da República da Coreia e a sua posição geográfica estratégica, marcavam de certa forma o limite entre a zona de influência americana e a soviética naquela região asiática.

internacional, processo coroado em 1992, após reconhecer diplomaticamente a China, a cooperação com esse país emerge como fundamental para desestruturar o peso econômico e político de Japão e EUA na região e lançar bases mais independentes ao desenvolvimento da Coreia do Sul. Entre outras evidências que sustentam essa afirmação, está o fato que de a participação dos mercados dos Estados Unidos e do Japão para as exportações sul-coreanas tem caído desde 1990. Esse dado é expressivo tendo em vista que o comércio preferencial Coreia-EUA foi um fato preponderante para as exportações sul-coreanas nas últimas décadas, constituindo o mercado americano como o principal importador de bens manufaturados da Coreia do Sul. Já o Japão constituía o parceiro comercial preferencial da região do leste asiático.

TABELA 3**Principais Destinos das Exportações da República da Coreia (em % total)**

Economia/Destino	Total das Exportações		Bens manufaturados	
	1990 - 1995	2000 - 2005	1990 - 1995	2000 - 2005
Estados Unidos	22.5	16.5	23.9	17.3
Japão	14.8	8.9	12.8	7.2

Fonte: Table 2.2 Destination of Asian exports (% of total), in (ABD, 2007, 62).

Mesmo assim, no período compreendido entre 2000-2005, o mercado americano é um expressivo comprador da produção manufatureira sul-coreana. Outro aspecto de peso em nossa análise é que a China passa a ser um componente estratégico na cooperação regional da Coreia do Sul, fato esse evidenciado pela importância do mercado chinês para as exportações sul-coreanas.

TABELA 4**Comércio Bilateral da República da Coreia com a China, Estados Unidos e Japão**

Coréia do Sul Países	Exportações	Importações
China (2006)	69.5 bilhões	48.5 bilhões
EUA (2007)	45.77 bilhões	37.21 bilhões
Japão (2007)	26.4 bilhões	56.3 bilhões

Fonte: <http://www.mofat.go.kr/english/main/index.jsp>, Countries and Regions, Asia-Pacific and North America.

A Coreia do Sul tem importantes *joint-ventures* com a China e constitui-se atualmente como o segundo maior exportador asiático para aquele país (MORAIS, 2005 – Tabela B3), perdendo apenas para o Japão. De fato, a China já é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, ultrapassando países tradicionais nas relações econômicas internacionais sul-coreanas, como os Estados Unidos e o Japão. Não obstante, esse último ainda apresenta, em dados de 2007, um expressivo mercado para as exportações da Coreia do Sul (12.3% do total exportado e 10.4% do total importado)¹⁶. O mercado dos EUA representa um percentual semelhante no destino das exportações da Coreia do Sul e do Brasil. Entretanto, ambos os países reduziram nos últimos anos a dependência comercial com os EUA ao diversificarem as suas exportações, apresentando atividades de cooperação regional, sobretudo a partir de eixos bilaterais, como Brasil-Argentina e Coreia do Sul-China (OLIVEIRA, 2007). Vale notar que a Coreia do Sul conseguiu ser superavitária com os países relacionados, menos com o Japão, onde o país mantém importações de bens de alta intensidade tecnológica. A cooperação econômica com a China é materializada, sobretudo na área da Bacia Econômica do Mar Amarelo¹⁷, por onde “a Coreia do Sul, por exemplo, repousa no livre fluxo de mercadorias na área para 71% das suas exportações para a China e 67% das importações de lá.” (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

¹⁶ http://www.mofat.go.kr/english/regions/namerica/20070803/1_320.jsp?

¹⁷ YSEB - Yellow Sea Economic Basin.

Além da cooperação econômica com a China, existe uma linha de cumplicidade estratégica. O reforço dos laços entre Seul-Pequim fica claro pelo dispêndio de capital político sul-coreano para a adesão da China na APEC em 1996 (OLIVEIRA, 2007). Inclusive, as relações da Coreia com o ASEAN fortalecem a posição do país no contexto geopolítica do leste asiático, onde no foro ASEAN + 3 a Coreia do Sul dialoga com o Japão e China, construindo uma arquitetura institucional mínima de amparo a cooperação. Ademais, o próprio *Asian Development Bank* (ADB) fornece um fluxo de informações interessantes que favorecem a cooperação e um fluxo de informações menos assimétrico entre os atores do cenário asiático. Como expoente desse processo emerge a criação da Comunidade do Leste Asiático, foro de diálogo de países que não conta com os EUA (OLIVEIRA, 2007).

Em outro front, a Coreia do Sul embarcou no processo de realização de acordos de livre comércio¹⁸. Contudo, cabe indagar sobre o tipo de cooperação regional realizada pela República da Coreia, o seu grau de institucionalização e as principais instituições ou foros de articulação. Logo de início é importante ressaltar que o país em questão não faz parte de nenhum bloco econômico ou comercial, de ordem formal, como o MERCOSUL, União Européia, ASEAN ou o NAFTA. A cooperação regional é realizada a partir de acordos bilaterais ou multilaterais, amparada principalmente por um padrão de integração da economia regional desde a re-industrialização do Japão. Consideramos que existe de fato um regime informal no Leste Asiático que orienta esse processo de integração, sustentado principalmente no seio da *Asia Pacific Economic Cooperation* (APEC), que congrega mais de 20 países do Leste Asiático e da Ásia Pacífico. Sobre esse organismo cabe afirmar que o seu grau de institucionalização é baixíssimo. A instância de maior relevância da APEC é a *Leader's Meeting*, reunião intergovernamental dos países membros onde se vislumbram a criação de consensos e condições estáveis para o processo de integração regional. Não constituindo um bloco econômico a rigor, a

¹⁸ Sendo os principais ALCs no nível intra-regional (dentro da Ásia Oriental): Singapura – República de Coreia; República de Coreia – Tailândia *a*; Malásia – República de Coreia *c*; Japão – República de Coreia *b*; China – República de Coreia *c*. É interessante observar que os países citados acima, com exceção do Japão, possuem uma complementaridade vertical para com o nível de desenvolvimento produtivo, industrial e tecnológico da Coreia do Sul, onde esse país se encontra hierarquicamente superior aos demais.

APEC¹⁹ não exige, formalmente, a transferência parcial da soberania dos Estados membros para uma instância exógena, como o faz o MERCOSUL (tarifa externa comum) e a União Européia (política monetária comum).

Podemos afirmar que a cooperação regional sul-coreana tem sido profícua. Nas esferas diplomáticas de inserção internacional, a sua aliança com a China tem sido importante para aumentar o seu poder de barganha em um cenário com fortes atores políticos, como o Japão e os Estados Unidos. Além disso, a cooperação diplomática com Pequim é relevante para o processo de “coreanização” do problema das Coréias, onde a China é importante mediador, suplantando a dependência do protagonismo americano nessa questão (VIZENTINI, 2001; OLIVEIRA, 2001). Na esfera econômica, a Coréia do Sul tem passado por um processo de transformação do paradigma produtivo, da imitação à inovação (KIM, 2005).

Embora importe bens com intensidade tecnológica relevante do Japão, os mercados da China, dos países do Asean, e o próprio mercado norte-americano configuram destinos importantes para as exportações sul-coreanas com alto valor agregado, dando impulso ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico em curso. Em sintonia com esse processo estão as políticas governamentais e os investimento em ciência e tecnologia (C&T), destacando-se os institutos de pesquisa públicos, governamentais e principalmente privados²⁰. Vejamos a seguir como esses processos se desenrolam no caso indiano.

A Índia e o Desenvolvimento Nacional

Tendo obtido sua independência em 15 de agosto de 1947, a Índia adotou um sistema de democracia parlamentar que permanece até hoje²¹. Os anos iniciais da República indiana foram marcados pela figura de Jawarhalal Nehru, que estabeleceu um programa de desenvolvimento baseado nos Planos Quinquenais.

¹⁹ Se inserirmos na análise a variável instituições informais, veremos que a APEC apresenta mecanismos de cooperação, aumento de previsibilidade e de redução de incertezas. Com isso, pode-se observar que esse regionalismo aberto é um esforço de integração regional, contudo, informado por um paradigma diferente do presente na UE e no MERCOSUL.

²⁰ Ver tabela 2 e Cepal (2007).

²¹ Junta à Costa Rica, Jamaica e Sri Lanka, este é o conjunto dos quatro países em desenvolvimento que, desde a Segunda Guerra Mundial mantém governos eleitos democraticamente.

Jean-Joseph Boillot (2006, p.14) afirma que o desenvolvimento da Índia após 1947 e as suas orientações econômicas giraram em torno de quatro influências maiores, que ainda hoje estão presentes: a social-democracia *nehruista*, o comunismo soviético e depois chinês e cada vez mais, um liberalismo mais ou menos temperado dos comerciantes e o *gandhismo*. Da libertação até os anos 80, a predominância será das duas primeiras correntes de idéias.

Do ponto de vista econômico (e não teremos aqui a condição de explicitarmos a condução do processo de Nehru a Rajiv Gandhi), é necessário dizer que sob Nehru e Indira Gandhi, tentou-se reduzir o amplo desnível entre a Índia e os países desenvolvidos pela concentração da atividade econômica na indústria pesada e na geração de energia. Entretanto, essa tendência foi revertida com a implosão gradual do sistema de industrialização via substituição de importações (ISI), bem analisada por Vivek Chibber (2006). Ele afirma que a virada do “dirigismo estatal” veio de duas maneiras diferentes, mas relacionadas. A primeira originou-se no interior da máquina estatal, em resposta aos abusos de uma parte da elite no poder nos anos 1970/80, A segunda fonte de pressão foi de natureza econômica, originária da emergência de novos grupos empresariais que viam o regime de controle interno como um impeditivo para sua ascensão ao poder.

Muito embora o período de Nehru tenha ficado conhecido como *os anos de fundação*, e em muitas formas como um período de integridade e de elevado espírito público; com a sua morte, tal procedimento não prosseguiu. Pranab Bardan (1984) descreveu a situação do período como uma década onde o estado indiano teve fraca capacidade institucional pelos métodos adotados pela Primeira Ministra na resolução de disputas – o uso de instrumentos fiscais para « cooptar » opositores, fazendo com que o estado fosse dilapidado de seus recursos produtivos, ao mesmo tempo em que se mantinha paralisado com as crescentes disputas e solicitações: “Longe de utilizar o aparato estatal nos anos 70, o regime dos Gandhi (Indira e seu filho Sanjay) para disciplinar as firmas industriais, acabou por estabelecer laços clientelísticos com os mesmos”.

Neste sentido, passam a ficar conhecidas as “*Licenças do Raj*”, um instrumento de política econômico inaugurado por Nehru e que Indira e Sanjay vão utilizar para premiar os amigos e punir os inimigos. Com a burocracia já comprometida pelas intervenções dos Gandhi, era quase inevitável que o uso do sistema de licenças para ganhos pessoais iria se ramificar e difundir na estrutura

administrativa do Estado indiano (COSTA LIMA, 2008a). Como afirmou Chibber (2006, p. 252) sobre as “*licences quota permit raj*” o governo perdeu legitimidade política, pois a corrupção ficou mais e mais visível, tornando-se endêmica. Para os críticos do sistema, estas tendências só demonstraram que o problema central encontrava-se no desenvolvimento liderado pelo estado, e, portanto, a solução seria apoiar-se no mercado.

Em 1980 a Índia viveu, com o segundo choque do petróleo, uma crise de pagamentos, que foi resolvida por uma negociação com o FMI encabeçada por Indira Gandhi, que acabara de ser reeleita de forma incontestável. O direito de ter 5 bilhões de dólares obrigou a primeira ministra, contudo, a estabelecer certas concessões, com medidas de alívio de certas regras internas e externas de controle do Estado. Em 1985, com a chegada ao poder de Rajiv Gandhi, após o assassinato de sua mãe em 1984 por um *sikh* de sua guarda pessoal, as empresas com ativos inferiores a 50 milhões de rúpias foram quase inteiramente isentas de licenças e mesmo os grandes grupos foram beneficiados por um procedimento automático de licença para valores inferiores a um bilhão de rúpias, abrindo pouco à pouco a concorrência no mercado interno.

Segundo Boillot (2006, p.22), o regime de licenças à exportação e importação foi progressivamente liberalizado em favor da modernização industrial, e as exportações se transformaram numa prioridade para relaxar os impedimentos externos. Já em 1984 o empreendimento conjunto entre a Suzuki (japonesa) e a empresa pública Maruti no setor automobilístico, representou, simbolicamente, este período de mudança. A Índia iniciou a sua fase pós-abertura com menos de um bilhão de dólares de reservas de câmbio em 1991. A crise de pagamentos vivida pelo país foi grave, que dispunha de não mais do que duas semanas de reservas cambiais. Aliado a este problema, o endividamento público indiano progrediu rapidamente ao longo dos anos 1980. O estoque público da dívida total, que perfazia 46% do PIB em 1982, atingiu 63% em 1987/88. Em 1988, o país se torna o mais endividado da Ásia, com uma dívida próxima aos 60 bilhões de dólares (BOILOT, 2006, p.25), dos quais uma parte crescente de curto prazo. E com reservas cambiais fracas, que não suportaram o choque do petróleo de 1990²².

²² É interessante considerar a desigualdade do volume da dívida entre os países da Ásia e aqueles da América Latina. Não é por menos que os economistas indianos falam abertamente contra os equívocos dos modelos de desenvolvimento adotados pela América Latina.

Em 2004, treze anos após a crise de pagamentos a Índia já dispunha de 125 bilhões de dólares em reserva. A primeira geração de reformas (1991/2004²³), começa assim com menos de 1 bilhão de dólares de reservas cambiais em 1991 e vai atingir os 125 bilhões de dólares em 2004. A taxa de crescimento médio anual subiu a 6%. O período termina com o mote a “Índia que reluz”, slogan utilizado pelo BJP (Barathiya Janata Party), a segunda força política na Índia, formado por nacionalistas hindus. Note-se que o processo de liberalização da economia indiana iniciou-se a princípio por bens industriais. Esse processo de redução tarifária iniciou-se de forma gradual e as tarifas mais altas caíram de 85 para 50 por cento entre 1993 a 1996.

No passado, a Índia restringia as exportações de muitas *commodities* e, como parte de sua política de liberalização, o governo começou a reduzir o número de produtos sujeitos aos controles de exportação em 1989-90. Em 1991, havia restrição à exportação de 439 itens, ainda sujeitos ao controle. Nas políticas de exportação-importação de 1992, o número de itens sujeitos a controle caiu para 296, com os itens proibidos sendo reduzidos a 16. Com relação aos Serviços e aos Investimentos Externos, a Índia desde 1991 implantou uma substancial liberalização do comércio nos serviços e nos investimentos externos. No passado, o setor serviços estava submetido a fortes controles governamentais

Com relação aos investimentos externos, passou a ser permitido os investimentos em até 100%, com quatro exceções: i) varejo, energia atômica, negócios de loteria e apostas e outros jogos. ii) participação acionária que não exceda a 24% no setor manufatureiro de itens reservados para pequenas indústrias. iii) *joint-ventures* ou transferência tecnológica e de marca quando o investidor externo já tiver um acordo no mesmo setor exige aprovação governamental. iv) A política para os IED (Investimentos Diretos Externos) lista 28 setores (alguns dos quais divididos em sub-setores com diferentes regras) que estão sujeitos a políticas específicas e restrições que podem ir ou não até ou 100%. Como se vê, em que pese a liberalização, esta tende a se controlada e setorial, atendendo aos interesses dos setores produtivos nacionais (PANAGARYA, 2008, p.105-107).

No que diz respeito às Tecnologias de Informação, que são hoje decisivas para quaisquer dos setores da economia e definidores de uma melhor posição na

²³ Um bom detalhamento das medidas de liberalização por setores da economia está estabelecido no capítulo V “Phase IV (1988-2006): Triumph of Liberalization”, do livro *India, the Emerging Giant*, de autoria de Arvin Panagarya. (2008, p.95-109).

produção e no comércio internacional, a Nasscom em seu relatório de 2005 informa que as exportações de serviços em software mais do que dobraram nos últimos três anos e que para o ano 2005-2006 a Índia atingiu um saldo comercial de USD 22 bilhões incluindo o *outsourcing*, equivalente a uma sexta parte das exportações do país. O estudo estima que a Índia hoje represente 65% do mercado global de *offshore* e 46% dos negócios mundiais em BPO (*Business Processing Outsourcing*) (ROWTHORN, 2006).

Pode-se afirmar que, apesar de seus inúmeros problemas a enfrentar, como redução da pobreza, dos baixos índices educacionais da maioria de sua população e dos gargalos de infra-estrutura, a Índia vem mantendo um crescimento sustentado que em grande medida é resultante de políticas que defenderam a nacionalização de suas indústrias e o apoio às pequenas empresas. Isso, sem mencionar que o grau de exposição da economia indiana ao endividamento externo foi muito mais reduzido que na América latina²⁴. Finalmente, caberiam algumas palavras sobre a política de integração regional estabelecida pelo governo indiano com relação à Associação para a Cooperação Regional da Ásia do Sul (SAARC), que foi criado em dezembro de 1985, numa articulação entre sete países; a saber: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Através de um processo de avanço em diversas áreas, em 1997, foi estabelecido no SAAR o *Preferential Trading Arrangement* (SPTA), acordo este que refletiu o desejo destes países de promover e sustentar a cooperação econômica na região, através da troca de concessões. Neste acordo, os países apresentaram uma redução tarifária em um número considerável de itens, com os países maiores cedendo mais, a exemplo da Índia, que fez concessões em 2402 produtos; o Paquistão em 685 e Bangladesh em 572, quando Sri Lanka em apenas 211. Em 1998, os signatários decidiram acelerar as negociações, aprofundando as concessões tarifárias. Atualmente, um Acordo Regional para Promoção e Proteção dos Investimentos no interior da SAARC está sendo considerado.

No último encontro da SAAR, em Colombo, agosto de 2008, a Índia declarou uma vultosa ajuda ao Paquistão, seu tradicional rival na região, demonstrando que está realizando uma proativa política externa de aproximação e liderança na região, uma vez que são grandes as assimetrias entre os países

²⁴ No auge de sua crise de endividamento externo, a Índia ficou conhecida como o mais endividado da Ásia, com valor equivalente a USD60 bilhões de dólares em 1991, uma quantia muito inferior àquela assumida pelos países latino-americanos, notadamente o Brasil e o México.

membros e a liderança da Índia, seja econômica, seja militar, é indiscutível²⁵. Como afirma Jean-Marc Siröen (2000), o termo regionalização aplicado à economia mundial significa que as relações econômicas são mais intensas entre os países que pertencem a uma mesma grande zona geográfica ou estrategicamente pretendem pertencer (NAFTA, MERCOSUL, União Européia, Ásia do Sudeste, Ásia do Sul), do que com o resto do mundo.

A regionalização concerne a todos os tipos de fluxos ou somente a alguns dentre eles: bens, serviços, fatores de produção, capitais financeiros, moedas, pessoas. Em termos políticos, podem caminhar para uma aproximação política de maior envergadura, a exemplo da União Européia que já estabeleceu um amplo nível de supranacionalidade, estabelecendo um Banco Central e um Parlamento Comum. Mas, para nossos propósitos aqui, interessa relevar, sobretudo, a dimensão de aprofundamento regional de certas áreas geográficas do planeta, em que pese o aprofundamento das articulações promovidas pelo processo de financeirização do capital e até *pour cause*.

TABELA 5

Comércio Intraregional por Grupos Regionais
(% do total do Comércio Regional)

Região	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Ásia (10)	17.9	20.3	18.8	24.0	24.7	28.1
Ásia +3	30.2	30.2	29.4	37.6	37.3	39.2
Ásia +3 + Hong Kong + Taiwan	34.1	37.1	43.1	51.9	52.1	55.6
União Européia (25)	61.4	59.8	67.0	67.4	66.8	66.2
NAFTA	33.8	38.7	37.9	43.1	48.8	45.5

Fonte: World Trade Organization (WTO) International Trade Statistics, 2006; Pradumna B. Rana, Economic integration in East Asia: trends, prospects, and a possible roadmap”, *ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration*, # 2, July 2006 and Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), over the information basis of Asian Regional Integration Center [en línea] <http://www.aric.adb.org/indicator.ph>

²⁵ Cabe lembrar que na última reunião da SAAR, em Colombo no Sri-Lanka, agosto de 2008, a Índia exerceu papel protagônico e de liderança regional, ao liberar, a fundo perdido \$600 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento no Paquistão.

Considerações Finais: Relações Sul-Sul: Discurso ou Consolidação?

O artigo abordou como o Brasil, a Índia e a Coréia do Sul lançaram mão da cooperação regional para os seus processos de desenvolvimento econômico. Destacaram-se na análise a questão da criação institucional, as estratégias de cooperação e aliança e os tipos de contexto regional e de regionalismo. Constatamos que o contexto regional e geopolítico exerce considerável influência sobre as opções e limites ao desenvolvimento econômico e industrial dos países pesquisados. Observamos que o cenário sul-americano apresentou, no período analisado, um conjunto de circunstâncias que foram utilizadas pelo governo brasileiro para o processo de integração regional. Principalmente, a ascensão de governos de esquerda com explícito interesse em sair da zona de influência norte-americana e de buscar um novo projeto de desenvolvimento, dando um relevante impulso à questão sub-regional na América do Sul. Adicione-se a isso que a integração regional até meados de 2003, claramente comercial, passou a adotar agendas mais amplas, como a social, infra-estrutura e energética. A percepção de interdependência dos países sul-americanos, com uma liderança discreta do Brasil, aponta para um processo de integração regional como meta prioritária o desenvolvimento econômico sub-regional.

Já no cenário asiático, o peso da variável de segurança apresentou-se tão importante nos debates diplomáticos e nos foros de diálogo, que aponta para a existência de constrangimentos duradouros a uma maior institucionalização da integração regional. Inclusive, o desenvolvimento econômico e industrial da região é item particular das agendas nacionais, sendo a economia regional integrada a um mecanismo que pode criar externalidades positivas ao desenvolvimento desses países. Nesse cenário, a Coréia do Sul e a Índia têm buscado aproveitar as oportunidades na Ásia, porém multilateralizando a sua cooperação, que serve de margem e manobra, por exemplo, nas negociações junto à OMC.

A existência do MERCOSUL configura iniciativas que buscaram aumentar as oportunidades existentes na região para o desenvolvimento econômico. Ademais, a própria composição da pauta de exportações brasileiras para a América do Sul, como mostramos anteriormente, revela-se benéfica ao desenvolvimento industrial nacional, apoiado pela PITCE. Já a Coréia do Sul não participa de nenhum bloco econômico. O mais próximo disso é a sua participação na APEC, que não passa de uma associação de primazia intergovernamental. Esse país buscou o estreitamento dos laços com a China e os países do ASEAN. Com o primeiro, a

partir da criação de *joint-ventures* e do elevado fluxo de comércio e produção industrial na Bacia do Rio Amarelo; com o segundo pela complementaridade produtiva, reproduzindo o modelo dos gansos voadores iniciado pelo Japão.

Concluimos que no caso asiático, não é interessante desassociar o debate sobre desenvolvimento e regionalismo do problema da segurança. Observamos que os problemas e as agendas se confundem, tendo influências recíprocas. Essa percepção é reforçada no caso indiano, onde embora a SAARC seja um bloco regional formal, não representa um destino tão importante para as exportações indianas de maior valor agregado: softwares e serviços em TI.

Constatamos duas formas encontradas pelos países de fomentar e amparar a cooperação regional nas áreas em questão. A forma encabeçada pelo Brasil consiste na criação de instituições de caráter regional, como o MERCOSUL, onde detendo um peso político e econômico sem precedentes na sub-região, exerce forte poder na composição da agenda e na condução do bloco mercosulino. Ademais, essa instituição tem sido preparada para coordenar a integração da infraestrutura regional, exemplificado pelo FOCEM., já em andamento.

Dada a competição pela hegemonia regional e a inexistência de uma estrutura política supranacional de integração no Leste Asiático, o modelo seguido pela Coreia do Sul tem sido o de integração em uma economia regional informal. Esse arranjo integrativo tem mais de 40 anos de existência, cuja regulação, previsibilidade e redução das informações assimétricas tendem a ser fornecidas por foros de diálogo e pelo alto grau de interdependência entre os sujeitos políticos em questão.

Já a Índia apresenta uma característica semelhante ao do Brasil. Faz parte de um bloco formal e é superavitário com todos os Estados partes. Contudo, o peso real do bloco para o seu atual processo de desenvolvimento econômico não chega a ser significativo. As grandes questões sobre segurança e cooperação econômica da Índia são resolvidas extra-bloco, assemelhando-se ao caso sul-coreano.

Sobre as possibilidades reais da consolidação de uma cooperação Sul-Sul mais qualificada, podemos citar que, de acordo com o último *Trade and Development Report* (2007), a integração econômica regional entre países em desenvolvimento tem sido considerado fundamental para a industrialização. Constatamos a importância da cooperação regional nesse item ao lançarmos luz sobre o caso brasileiro. Todavia, essa assertiva é melhor ilustrada pelo processo de

catch-up levado em efeito no Leste Asiático, principalmente na transformação dos Tigres Asiáticos em Novas Economias Industriais. Porém, a Coréia do Sul já não mais figura como um país do Sul, em desenvolvimento. Em nossa pesquisa, apenas o Brasil e a Índia se enquadram nessa classificação. Essas características foram discutidas ao longo do artigo e estão sintetizadas no quadro abaixo. O caso brasileiro apresenta possibilidades factíveis de uma cooperação sul-sul mais qualificada, principalmente com os seus vizinhos sul-americanos. Destaque dessa tendência são os projetos de integração produtiva, energética e de infra-estrutura (IIRSA). Já no caso da Índia, a cooperação sul-sul tende ocorrer no seio da SAARC.

QUADRO 2

Variáveis Comparadas

	Brasil	Coréia do Sul	Índia
Bloco, arranjo ou acordo regional	MERCOSUL (Bloco formal)	APEC (Arranjo)	SAARC (Bloco formal)
Grau de Institucionalização	Razoável	Baixo	Razoável
Composição Geográfica	Sul-Sul	Norte-Sul	Sul-Sul

Fonte: Autoria Própria.

Entretanto, as relações Sul-Sul intercontinentais da Índia parecem ter mais peso, como no âmbito do Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e no G-20. De fato, existem problemas para o futuro das relações Sul-Sul. No âmbito do MERCOSUL, o Brasil manteve-se superavitário em relação a todos os países membros. A mesma situação se deu na SAARC, onde a Índia também foi superavitária²⁶. Esse tipo de indicador revela que as assimetrias intra-bloco (de composição Sul-Sul) possibilitam ganhos extremamente desiguais entre os partícipes da cooperação regional. Com isso, a própria viabilidade da cooperação pode ser posta em xeque. Nesse sentido, a experiência brasileira iniciou o uso do

²⁶ Ver Tabela 4.2 (Cepal, 2007, p. 112).

mecanismo do FOCEM, onde Brasil e Argentina destinarão recursos, substancialmente superiores do que os destinados pelo Paraguai e Uruguai, para medidas de convergência estrutural dos países membros. Política essa claramente inspirada na experiência européia.

Já na SAARC, a Índia é o país membro com mais poder econômico, tecnológico e militar, tendo apoiado economicamente outros membros, como o Paquistão. Porém, o cenário regional onde se encontra a Índia é “quente”. A sua relação pendular de conflito-cooperação com a China e a disputa entre ambas pela hegemonia regional, dificultam a cooperação desses dois países do Sul. Além disso, a China tenha realizado importantes aproximações com a Rússia. Por outro lado a Índia tem se aproximado dos Estados Unidos. Esse cenário pode desembocar em uma tensão que ponha a perder a cooperação Sul-Sul na região. Finalmente, outro problema das relações Sul-Sul, principalmente em “países baleia”, como a Índia, o Brasil e a China, é que esses países são competidores em muitos dos mercados em que buscam se inserir.

Importante dizer que uma cooperação Sul-Sul mais qualificada, embora mais fácil entre países vizinhos e, portanto, mais provável no âmbito do regionalismo, não impede que países emergentes como Brasil e Índia possam avançar em sua cooperação. Seja pelos interesses que têm em comum na arena política internacional, seja pelos seus grandes mercados em expansão, ambos podem vir a se beneficiar amplamente desta cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADB, **Asian Development Outlook 2007 Update**. Philippines, 2007.

AKYÜZ, Yilmaz. Impasses do desenvolvimento, Tradução de Marta Helena Cintra. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n° 72, p. 41-56, 2005.

AMSDEN, Alice H., **Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization**. New York, Oxford University Press, 1989.

BARDAN, Pranab, **The Political Economy of Development in India**. Oxford, Basil Blackwell, 1984.

BAUMANN, Renato, Integration in Latin America: Trends and Challenges, January 2008, Brasília, CEPAL, 2007

BOILLOT, Jean-Joseph, **L'économie de l'Inde**. Paris, La Découverte, 2006.

CEPAL (2008), Informe Estatístico da Economia Brasileira: 2008. Agosto de 2008, Brasília, CEPAL.

_____. O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOVSKY, R. (Ed.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, vol 2, Rio de Janeiro, Record, 1994. p. 937-958.

CERVO, Amado Luiz, **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo, Saraiva, 2008.

_____. CHANG, Ha-Joon, **Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. Tradução de Luís António Oliveira de Araújo. São Paulo, UNESP, 2004.

_____. Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, G. et al. (Orgs.). **Brasil**,

México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo, Edusp/Editora UNESP, 2002. p. 99-135.

CHESNAIS, François, **A Finança Mundializada.** São Paulo, Editorial Boitempo, 2005.

CHIBBER, Vivek, **Locked in Place: State-Building and Late Industrialization in India.** New Jersey, Princeton University Press, 2006.

CHOI, Young; CAPORASO, James., Comparative Regional Integration. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. A. (Ed.). **Handbook of International Relations**, Londres: Sage Publication, 2003.p. 480-499.

COSTA LIMA, Marcos (2008a), Índia: Avanços, Problema e Perspectivas. **Textos Acadêmicos.** Índia. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, p. 85-99.

_____. Desenvolvimento e Globalização na Periferia: o elo perdido. **Revista Perspectivas**, Araraquara, Revista de Ciências Sociais – UNESP, 2008b.

_____. A Dinâmica do Capitalismo, ou quando o capitalismo financeiro direciona o capitalismo cognitivo: desafios para a América latina. **Colômbia Internacional**, nº 66, p. 70:94. 2007.

_____. Panorama das Disparidades Regionais na América latina. **Política Hoje**, nº 13, p. 19-48, 2003.

COX, Robert W. (1981), Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. (Ed.), **Approaches To World Order.** Cambridge University Press, Cambridge. 2001. p. 85-123.

EVANS, Peter, **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial.** Tradução de Christina Bastos Tigre. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

FURTADO, Celso, **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. **Contexto Internacional**, vol. 17, no 1, p. 23-59, 1995.

KIM, Linsu, **Da Imitação à Inovação: a Dinâmica do Aprendizado Tecnológico da Coreia**. Tradução de Maria Paula G.D. Rocha. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.

KOHLI, Atul, **State-Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery**. 2ª ed., New York, Cambridge University Press, 2005.

KRASNER, Stephen, **International Regimes**. Cornell, Cornell University Press, 1983.

LEE, W-Y. O Papel da Política Científica e Tecnológica no Desenvolvimento Industrial da Coreia do Sul. In: KIM, L.; NELSON, R. R. (Ed.), **Tecnologia, Aprendizado e Inovação: Experiências das Economias de Industrialização Recentes**. Campinas, Editora da Unicamp. 2005.

LAFER, Celso, **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**. 2ª ed, São Paulo, Perspectiva, 2004.

MORAIS, Isabela Nogueira. O Regionalismo Asiático Revisitado: impactos para a ASEAN da Emergência da China pós-Deng. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, 2005.

MOREIRA, Heloíza C. (2007), O Comércio na América do Sul e oportunidades para o Brasil. In: O Brasil e seus vizinhos na América do Sul, Setembro de 2007, Brasília, CEPAL.

NOGUEIRA, João Paulo; MESSARI, Nizar, **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

OLIVEIRA, Amaury P., A Coreia do Sul na perspectiva de uma globalização modelada pela china. **IEEI**, Disponível em: <http://www.ieei.com.br/scp/arqspublicos/ptACORelADOSULNAPERSPECTIVADAGLOBALIZAcOMODELADAPELACHINA.pdf> Acessado em 20 de Setembro de 2008. 2007.

OLIVEIRA, Amaury P., A política coreana na Ásia: aspectos políticos e militares. In: **Coreia: visões brasileiras**, GUIMARÃES, S. P. (Ed.), Brasília, IPRI/FUNAG, 2001. p. 133-156.

PANAGARYA, Arvin (2008), charpether V “Phase IV (1988-2006): Triumph of Liberalization”, in *India, the Emerging Giant*. Oxford University Press, p.95:109.

PANARIELLO, Marcos (2007), Análise comparada da evolução das estruturas produtivas nos países da América do Sul . In: O Brasil e seus vizinhos na América do Sul, Outubro de 2007, Brasília, CEPAL.

ROWTHORN, Robert, The Renaissance of China and India: implication for the advanced economies. UNCTAD-OSG-DP-2007-1; nº182, Outubro. 2006.

RODRIK, Dani, Estratégias de desenvolvimento para o novo século. In: ARBIX, G. et al. (Orgs.). **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois**. São Paulo, Edusp/Editora UNESP, 2002. p. 43-78. 2002.

SEITENFUS, Ricardo, **Relações Internacionais**. Barueri, Manole, 2004.

SERFATI , Claude, **Imperialisme et Militarisme: actualité du XXIème Siècle**. Lausanne, éditions Pages Deux, 2004.

SCHMIED, Julie, Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sul-americanas (UNASUL): o novo caminho da integração na América do Sul. **Cadernos Adenauer**, VIII, nº1, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, maio 2007.

SIRÖEN, Jean-Marc, **La Réionalisation de l'économie Mondiale**. Paris, La Découverte, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes, **As Relações Internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

_____. A Coreia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão. In: **Coreia: visões brasileiras**, GUIMARÃES, S. P. (Ed.), Brasília, IPRI/FUNAG, 2001. p. 175-198.

UNCTAD, Trade and Development Report: Regional Cooperation for Development. United Nations Publication. 2